



CURSO BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

LYNCON GABRIEL FERNANDES

**COMO A AGRICULTURA FAMILIAR PODE AUXILIAR NA
DIVERSIFICAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE
CRIANÇAS NAS ESCOLAS**

**Apucarana
2024**

LYNCON GABRIEL FERNANDES

**COMO A AGRICULTURA FAMILIAR PODE AUXILIAR NA
DIVERSIFICAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE
CRIANÇAS NAS ESCOLAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado
em Nutrição da Faculdade de Apucarana
– FAP, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Nutrição.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Mirian Cristina
Maretti

Apucarana
2024

LYNCON GABRIEL FERNANDES

**COMO A AGRICULTURA FAMILIAR PODE AUXILIAR NA
DIVERSIFICAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE
CRIANÇAS NAS ESCOLAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Nutrição da Faculdade de Apucarana – FAP, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Nutrição, com nota final igual a_____, conferida pela Banca Examinadora formada pelos professores:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Mirian Cristina Maretti
Faculdade de Apucarana

Prof^a. Dra. Ana Paula do Amaral
Mônaco Foganholi
Faculdade de Apucarana

Prof^a. Esp. Rita de Cassia Rosiney
Ravelli

Apucarana, 14 de novembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por Sua infinita graça e por nunca me deixar desamparado ao longo desta jornada. É a Ele que devo as vitórias e as conquistas realizadas em todos os momentos da minha vida.

Agradeço à minha querida família e à minha namorada pelo apoio incondicional ao longo desta jornada. Sem o amor, compreensão e incentivo de vocês, não teria chegado até aqui. Vocês foram a minha base em todos os momentos difíceis e o meu maior estímulo para seguir em frente. Não só este trabalho é tão meu quanto de vocês, mas todas as conquistas colecionadas durante a jornada.

Também sou profundamente grato aos meus colegas de sala pelo companheirismo e pela troca constante de aprendizado durante esses anos. Juntos, enfrentamos desafios e celebramos conquistas, e espero que cada um de vocês siga um caminho brilhante e de sucesso em suas futuras carreiras.

Gostaria de expressar agradecimento à coordenadora do curso, que com dedicação e visão, guiou nossos passos durante esses quatro anos. Sua liderança foi fundamental para o nosso desenvolvimento acadêmico e pessoal, nos inspirando a buscar sempre mais e a nos preparar para os desafios da nossa profissão.

Aos professores, sou imensamente grato por todo o conhecimento compartilhado, pela paciência e pela dedicação com que nos ensinaram. Cada aula e cada desafio proposto contribuíram de maneira significativa para a formação que hoje levo comigo. Levo, também, a gratidão por todo o carinho e atenção dispensados, que fizeram desta jornada algo especial na minha vida.

Expresso também minha sincera gratidão à minha orientadora, por sua dedicação, paciência e orientação ao longo deste trabalho. Sua sabedoria e apoio foram essenciais para o desenvolvimento do trabalho e sou grato por cada conselho e ensinamento.

"A verdadeira medida de um homem não é como ele se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas como ele se mantém em tempos de controvérsia e desafio."

Martin Luther King Jr.

FERNANDES, Lyncon Gabriel. **Como a agricultura familiar pode auxiliar na diversificação alimentar e nutricional de crianças nas escolas.** p. 35 Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Graduação em Bacharelado em Nutrição. Faculdade de Apucarana - FAP. Apucarana-Pr. 2024.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar de que forma a agricultura familiar pode influenciar na alimentação de crianças nas escolas. A pesquisa busca verificar a diversidade de alimentos disponibilizados para o consumo infantil e compreender a importância de projetos que incentivam as práticas da agricultura familiar no ambiente escolar. O estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão de literatura, com uma amostra composta por artigos científicos indexados nas bases de dados Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online* (Scielo). Foram considerados apenas os artigos que tratavam do tema estudado e a triagem foi realizada com base na leitura completa dos estudos selecionados. A coleta de dados ocorreu entre os meses de março e setembro de 2024, utilizando os descritores “agricultura familiar”, “alimentação escolar”, “alimentação infantil” e “políticas públicas”, bem como seus respectivos termos em inglês. Verificou-se que a agricultura familiar promove a diversidade de alimentos frescos e saudáveis, contribuindo para a alimentação das crianças e sendo apoiada por políticas públicas, que também incentivam a economia local e a inclusão dos pequenos produtores.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Alimentação infantil. Políticas públicas. PNAE.

FERNANDES, Lyncon Gabriel. **How family farming can contribute to the dietary and nutritional diversification of children in schools.** p. 35 Undergraduate Thesis (Monograph). Bachelor's Degree in Nutrition. Faculty of Apucarana - FAP. Apucarana-Pr. 2024.

ABSTRACT

This study aims to investigate how family farming can influence children's diet in schools. The research seeks to assess the diversity of foods made available for children's consumption and to understand the importance of projects that promote family farming practices in the school environment. The study was developed through a literature review, using a sample composed of scientific articles indexed in the Google Scholar and Scientific Electronic Library Online (SciELO) databases. Only articles that addressed the studied theme were considered, and the screening was performed based on the full reading of the selected studies. Data collection took place between March and September 2024, using the descriptors "family farming," "school feeding," "child feeding," and "public policies," as well as their respective terms in English. It was found that family farming promotes the diversity of fresh and healthy foods, contributing to children's nutrition and being supported by public policies, which also encourage the local economy and the inclusion of small producers.

Keywords: School feeding. Child feeding. Public policies. PNAE.

LISTA DE SIGLAS

DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
FAP	Faculdade de Apucarana
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAAS	Política de Alimentação Adequada e Saudável
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
RT	Responsável Técnico
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVOS	11
2.1 Objetivo geral	11
2.2 Objetivos específicos	11
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
3.1 Agricultura Familiar	12
3.2 Programas apoiadores da alimentação escolar	12
3.3 Alimentação infantil	14
3.4 Alimentação adequada	15
3.5 Merenda escolar e seus benefícios nutricionais	16
3.6 Diversidade de alimentos	18
4 METODOLOGIA	19
4.1 Delineamento da pesquisa	19
4.2 Amostra	19
4.2.1 Critérios de inclusão	19
4.2.2 Critérios de exclusão	19
4.3 Coleta de dados	19
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

O trabalho e a gestão de uma família em uma propriedade, constituem aspectos fundamentais da agricultura familiar, que é caracterizado como um modelo de produção agrícola. A diversidade de produtos cultivados, a predominância da mão de obra familiar e a forte relação entre família e trabalho na lavoura, são características deste sistema da agricultura familiar. Entre os benefícios deste modelo de produção agrícola, destaca-se a produção de alimentos variados, a promoção da sustentabilidade ambiental e a preservação da biodiversidade, contribuindo assim para a segurança alimentar e fortalecendo a economia rural (Schneider, 2016).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), que realizou o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar no Brasil assume um papel importante na garantia da segurança alimentar e no abastecimento do mercado interno, estimando-se que mais de 75% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros têm sua origem na agricultura familiar. Para o autor Maluf *et al* (2015), essa porcentagem expressiva revela a importância fundamental desse setor para a nutrição da população e para a economia do país.

A alimentação adequada é um direito imprescindível do ser humano, essencial para a dignidade de uma pessoa e indispensável para a realização dos direitos previstos na Constituição Federal. Desta forma, cabe ao poder público implementar ações e políticas necessárias para impulsionar e assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional da população, considerando os fatores culturais, econômicos, regionais e sociais (Borges *et al*, 2022).

Existe no Brasil a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), sistema no qual visa garantir o direito a população de se alimentar com dignidade, significando ter acesso a alimentos verdadeiramente nutritivos, seguros e em quantidade suficiente para atender suas necessidades físicas e biológicas (Brasil, 2006).

Uma outra estratégia implementada foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que através da aprovação da Lei nº 11.947/2009 proporciona refeições escolares e implementa programas de educação alimentar e nutricional para alunos de todas as fases da educação básica pública, além de incluir o apoio à agricultura familiar (Brasil, 2009).

Nesse sentido, políticas públicas, como o SISAN e o PNAE, contribuem para assegurar o direito humano à alimentação adequada, previsto na Constituição Federal, ao apoiar o consumo de alimentos nutritivos e de qualidade e ao fortalecer o papel dos agricultores familiares na promoção de uma alimentação saudável para a população. Assim, a interligação entre a agricultura familiar, políticas de segurança alimentar e programas de apoio é essencial para promover a dignidade e a qualidade de vida, garantindo que alimentos seguros e sustentáveis cheguem à mesa da população (Siqueira *et al*, 2014).

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Investigar sobre as formas que a agricultura familiar irá influenciar na alimentação de crianças em idade escolar.

2.2 Objetivos específicos

Verificar sobre a diversidade de alimentos que são disponibilizados para o consumo de crianças na escola.

Compreender a importância e atuação dos projetos que apoiam as práticas da agricultura familiar.

Identificar os alimentos provenientes da agricultura familiar que são frequentemente utilizados na alimentação escolar.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Agricultura Familiar

De acordo com a legislação brasileira, para ser considerado um agricultor familiar, deve-se seguir os seguintes requisitos: não detenha, em qualquer título, área maior que 4 (quatro) módulos fiscais; empregue principalmente a mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha um percentual mínimo da renda familiar proveniente da atividade econômica de seu negócio ou empreendimento; e, administre seu empreendimento ou estabelecimento em família (Brasil, 2006).

Logo, a agricultura familiar é uma das maneiras de produção agrícolas em várias cidades do Brasil, sendo responsável por contribuir para a população local com a promoção de alimentos frescos, saudáveis e regionais, como fibras de cereais, hortaliças e frutas. Além disso, é também responsável pela geração de empregos, redução da fome e desnutrição da comunidade local, fazendo com que o alimento saudável esteja mais próximo da população (Oliveira; Souza; Silva, 2014).

A relevância da agricultura familiar se evidencia em diversos aspectos, entre os quais se destacam sua capacidade de contribuir significativamente para a promoção da segurança alimentar, assegurando o acesso regular e de qualidade a alimentos diversificados e saudáveis para a população. Além disso, esse modelo agrícola desempenha um papel essencial na geração de emprego e renda, criando oportunidades de trabalho em comunidades rurais e promovendo o desenvolvimento local (Lima; Assis; Freitas, 2019).

Para Dias *et al* (2020), um dos grandes benefícios da agricultura familiar é a oferta de alimentos frescos, como frutas, legumes e verduras, que são produzidos localmente e de forma mais sustentável, favorecendo a economia local e garantindo maior segurança alimentar. Isso reforça a importância das políticas públicas que apoiam a inserção desses alimentos nas escolas, que fortalece a conexão entre agricultura e alimentação infantil, desempenhando um papel vital na promoção de uma alimentação mais diversificada e saudável, especialmente nas escolas.

3.2 Programas apoiadores da alimentação escolar

Existe no Brasil, um projeto chamado de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujo objetivo é a aquisição de alimentos para distribuição nas escolas, promovendo uma maior participação da agricultura familiar neste processo. A Lei nº 11.947/2009 estipula que ao menos 30% dos recursos obtidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser aplicados no âmbito do PNAE, sendo a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar (Kroth; Geremia; Mussio, 2020).

United Nations System Standing Committee on Nutrition (2016) considera o PNAE uma das iniciativas de maior destaque entre as políticas brasileiras em termos de sensibilidade à nutrição, recebendo a melhor avaliação em comparação com as demais políticas do país. Além da alimentação propriamente dita, o Programa também possui uma índole pedagógica, promovendo ações de educação alimentar que ajudam na formação de novos hábitos alimentares entre os alunos (Gonçalves *et al*, 2015).

Na tentativa de diminuir o impacto negativo causado pela larga escala de produção de monocultura com agrotóxicos, insumos e aditivos químicos, os programas de assistência alimentar públicos como o PNAE, surge como possíveis facilitadores nessa questão, diante da oportunidade de lidar com os desafios relacionados ao consumo, produção e comercialização dos alimentos. Isso ocorre, por um lado, ao integrar políticas voltadas para a saúde dos estudantes e, por outro, gerar oportunidades de mercado para os agricultores familiares, incentivando também as práticas sustentáveis (Schabarum; Triches, 2019).

O PNAE, ao longo de sua história, tem registrado mudanças e avanços significativos na gestão e operacionalização. Uma dessas mudanças é a obrigatoriedade da presença do nutricionista como Responsável Técnico (RT) pelo programa. Além disso, vários outros parâmetros foram instituídos ao longo do tempo através de resoluções específicas, visando ofertar refeições com maior qualidade nutricional. Essas medidas têm contribuído progressivamente para o fortalecimento do PNAE como uma política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (Taglietti; Teo, 2021).

O Programa ainda tem como objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes. Promovendo hábitos alimentares saudáveis e oferece refeições que atendem, no mínimo, 20% das necessidades nutricionais diárias dos

alunos quando oferecido uma refeição e 30% quando oferecido duas refeições, durante o período em que permanecem na escola (Pedraza *et al*, 2018).

Outro importante projeto seria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra parte da produção dos agricultores familiares, garantindo um preço justo sobre a mercadoria e seu pagamento. O Programa ainda contribui na melhoria da alimentação de pessoas em situações de insegurança alimentar ou vulnerabilidade social, garantindo o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade (Batista, 2016).

O PAA, além de apoiar diretamente a agricultura familiar, também promove a inclusão social e a segurança alimentar em várias regiões do Brasil. O programa adquire alimentos de pequenos produtores e os direciona para instituições como escolas e creches, garantindo que a produção da agricultura familiar seja valorizada e consumida em larga escala. Também é assegurado um preço justo para os alimentos comprados, o que incentiva a permanência dos agricultores familiares no campo. Além disso, o PAA colabora para diversificar a alimentação escolar, oferecendo uma gama maior de alimentos frescos e saudáveis para as crianças (Almeida; Pacheco, 2022).

3.3 Alimentação infantil

De acordo com Dantas, Oliveira e Bezerra (2022), o aleitamento materno é uma das primeiras formas de alimentação de uma criança e representa uma fonte nutricional completa, essencial para seu crescimento e desenvolvimento. Esse alimento, produzido pela própria mãe, atende de maneira plena a todas as necessidades nutricionais do bebê, garantindo sua saúde nos primeiros meses de vida.

A Lei nº 12.796 de 4 de Abril de 2013 estabelece que crianças com idade a partir de 4 anos têm o direito à educação básica, obrigatória e gratuita. Pode-se considerar que grande parte das crianças irão usufruir deste serviço e conseqüentemente irão se alimentar nessas instituições de ensino (Brasil, 2013).

Nesse contexto, é importante considerar que a criança está em fase de desenvolvimento, mudanças e avanços, sendo indispensável à garantia de uma variedade nutricional, ingestão alimentar adequada e de qualidade, satisfazendo assim as necessidades fisiológicas, físicas e intelectuais, sendo fundamental uma introdução de alimentos que apresentam alto teor nutricional (Seabra *et al*, 2022).

É válido destacar que no Brasil, a obesidade infantil é uma preocupação importante, impactando mais de 340 mil crianças entre 5 e 10 anos, de acordo com informações do Ministério da Saúde até setembro de 2022. Esse quadro pode ser atribuído à falta de desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. Portanto, cabe às famílias, pais, responsáveis e escolas incentivar o consumo de alimentos nutritivos e de boa qualidade (Brasil, 2022).

Dessa forma, se percebe que a merenda escolar é também de vital importância para que ao longo do tempo haja resultados positivos no estado nutricional e da saúde das crianças, mantendo uma alimentação adequada para os favorecidos. Por conseguinte, a instrução em temas relacionados à alimentação e nutrição possibilita aos alunos adquirirem conhecimentos que possam ser compartilhados com a família, amigos e a comunidade (Fonseca; Carlos, 2015).

Para Bulgacov (2023) o nutricionista é o profissional competente e habilitado para ensinar sobre educação alimentar e nutricional no ambiente escolar, onde os bons hábitos formados na infância tem impacto na vida adulta, podendo prevenir condições associadas à má alimentação, como doenças crônicas não transmissíveis, obesidade e outras.

3.4 Alimentação adequada

A nutrição é uma necessidade básica que pode fornecer todos os nutrientes essenciais para o corpo. Contudo, à medida que os hábitos alimentares são moldados, a alimentação ganha uma dimensão simbólica e significativa. Através dos alimentos, pode-se compreender e refletir sobre a cultura de uma comunidade, sua trajetória histórica, além de perceber as influências do meio social, como a família, amigos, instituições educacionais e a sociedade em geral (Rafacho; Pereira, 2023).

Santos *et al* (2019), salienta que uma alimentação adequada deve garantir a ingestão de todos os nutrientes necessários para o bom funcionamento do corpo, mas também respeitar aspectos culturais e sociais. Alimentos frescos, como frutas, verduras e proteínas de boa qualidade, são fundamentais para manter o equilíbrio nutricional, especialmente durante o crescimento das crianças.

Uma tendência alimentar recente na sociedade é marcada pelo consumo de produtos ultraprocessados, que contém grandes quantidades de gordura, açúcar e sódio em sua composição. Este padrão alimentar tem como resultado o

agravamento dos problemas nutricionais, já que a má nutrição é o principal fator de risco para mortalidade e o segundo maior responsável pelos anos de vida perdidos no país (Malta *et al*, 2017).

Conforme Monteiro *et al* (2016), os alimentos podem ser classificados em quatro grupos: alimentos *in natura* ou minimamente processados, ingredientes culinários, processados e ultraprocessados. Dentro da categoria de alimentos *in natura* estão partes comestíveis de vegetais, animais e incluindo algas e cogumelos, bem como os minimamente processados, que são submetidos a processos de secagem, refrigeração, congelamento e desidratação, não havendo adição de substâncias.

O Ministério da Saúde elaborou um Guia Alimentar para a População Brasileira, onde são disponibilizadas orientações simples e claras sobre alimentação saudável. O documento demonstra que a base para uma alimentação saudável é composta por alimentos naturais ou minimamente processados, em outras palavras, quanto menos processamento o alimento passar, melhor para a saúde. Há a orientação da leitura dos rótulos, embalagens e vencimento dos produtos, atitudes cruciais para manutenção da saúde e prevenção de doenças (Brasil, 2014).

A alimentação adequada, além de fornecer os nutrientes essenciais, tem o poder de influenciar positivamente o aprendizado e o comportamento das crianças. Quando as refeições são equilibradas e variadas, há um impacto direto no desenvolvimento físico e mental, além de uma maior capacidade de concentração e rendimento escolar. Dessa forma, garantir que as escolas ofereçam uma alimentação adequada é fundamental para que as crianças cresçam saudáveis, se desenvolvam plenamente e adquiram bons hábitos alimentares que levarão para toda a vida (Claro *et al*, 2022).

3.5 Merenda escolar e seus benefícios nutricionais

A merenda escolar desempenha um papel fundamental na alimentação das crianças, especialmente aquelas que dependem desse recurso para garantir uma refeição completa e balanceada durante o período escolar. As escolas, por meio de programas, têm a responsabilidade de fornecer refeições que atendam às necessidades nutricionais das crianças, contribuindo diretamente para o seu crescimento e desenvolvimento saudável. Essas refeições também ajudam a reduzir

a insegurança alimentar em famílias de baixa renda, garantindo que as crianças tenham acesso a alimentos nutritivos todos os dias (Souza; Souza, 2023).

O FNDE, expõem que a alimentação e nutrição são aspectos essenciais para promover e proteger a saúde, possibilitando o pleno desenvolvimento humano e assegurando qualidade de vida e cidadania. Estes valores estão consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e é responsabilidade do estado assegurar, proteger e apoiar as ações de indivíduos e comunidades para que todos possam ter acesso a uma alimentação digna (BRASIL, 2024).

Maldonado *et al* (2022) destaca que a merenda escolar vai além de fornecer energia suficiente para as atividades diárias das crianças. Ao incluir uma diversidade de alimentos, como frutas, vegetais, cereais e proteínas, as refeições garantem uma nutrição equilibrada, fornecendo nutrientes essenciais ao bom funcionamento do organismo. Componentes como vitaminas, minerais, fibras e proteínas são fundamentais para o desenvolvimento físico e cognitivo, ajudando a evitar deficiências nutricionais que podem impactar negativamente o aprendizado e a saúde das crianças ao longo do tempo.

Além disso, a merenda escolar pode desempenhar um papel importante na educação alimentar. Ao promover desde cedo o hábito de consumir alimentos saudáveis, as escolas podem ajudar a formar comportamentos alimentares que as crianças vão levar para a vida toda. Quando elas têm acesso regular a refeições balanceadas, existe uma maior chance de desenvolverem uma relação saudável com os alimentos, o que pode prevenir problemas como a obesidade infantil e outras condições associadas a uma alimentação inadequada (Ramos *et al*, 2020).

Além de fornecer refeições nutritivas, a merenda escolar tem um impacto significativo na redução da insegurança alimentar e nutricional, especialmente em regiões vulneráveis. O fornecimento regular de alimentos saudáveis nas escolas ajuda a garantir que as crianças recebam nutrientes essenciais para o seu desenvolvimento, mesmo fora do ambiente familiar. Essa prática também equaliza o acesso à alimentação de qualidade, independentemente da condição socioeconômica dos alunos. Ao aliar esses benefícios nutricionais com a educação alimentar, a merenda escolar torna-se uma ferramenta na construção de hábitos alimentares saudáveis, prevenindo doenças e promovendo a saúde a longo prazo (Nascimento; Nascimento; Oliveira, 2019).

3.6 Diversidade de alimentos

Fatores como clima, questões ambientais, solo e praga são alguns dos riscos que se corre quando se cultiva, desta forma, a diversificação produtiva para a agricultura familiar pode ser um ponto positivo, pois haverá maior variedade de produtos que podem ser comercializados (Sambuichi *et al*, 2020). A autora Sambuichi *et al* (2014), publicou uma revisão de estudos de caso sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e foi observado que a diversificação da produção é um dos fatores mais citados nas pesquisas revisadas, demonstrando o incentivo para a diversificação.

Visando a aquisição de alimentos da agricultura familiar, a elaboração de cardápios devem ser idealizados levando em conta o potencial agrícola da região, bem como a sustentabilidade, sazonalidade da produção e a diversidade da produção. Priorizar o aumento do consumo de frutas, legumes, vegetais e alimentos integrais, faz parte de uma refeição nutritiva e balanceada, visando reduzir o consumo de alimentos com alto teor de açúcares, sal e gorduras (Vieira; Basso; Krüger, 2020; Claris; Abreu, 2024).

A Resolução nº 6 de 8 de maio de 2020 prevê o aumento na *per capita* de frutas e hortaliças, com a obrigatoriedade de oferecer ambos os tipos de alimentos, garantindo diversidade alimentar. Para alunos que frequentam a escola em período parcial e integral, a resolução estabelece recomendações diferentes. Conforme os valores de recomendação, o PNAE deve fornecer 14% das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para frutas e hortaliças para estudantes em período parcial e 26% para aqueles do período integral (Brasil, 2020).

4 METODOLOGIA

4.1 Delineamento da pesquisa

A presente pesquisa utiliza o método de revisão de literatura, tendo como foco a análise de dados provenientes de fontes já publicadas, tais como artigos científicos, revistas especializadas, monografias e dissertações.

O estudo é de caráter transversal, pois aborda as informações disponíveis em um momento específico, sem interferência nos dados ou influência direta nos resultados obtidos (Kramer, 1998; Katz, 2006).

Dessa forma, o pesquisador limita-se a observar e reunir informações relevantes sobre o tema proposto, de modo a consolidar uma compreensão mais ampla sobre como a agricultura familiar impacta a diversificação alimentar no ambiente escolar. A análise foi desenvolvida a partir da consulta de materiais acadêmicos que se alinham aos critérios de inclusão estabelecidos, buscando identificar as contribuições mais recentes e relevantes para a área de pesquisa.

4.2 Amostra

A amostra foi constituída por artigos científicos indexados nas bases de dados digitais Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online* (Scielo). Na seleção dos artigos, foram considerados apenas os que tratavam do tema estudado e a triagem foi realizada com base na leitura completa dos estudos selecionados.

4.2.1 Critérios de inclusão

Foram incluídos no trabalho os artigos: (a) publicados no período de 2014 a 2024; (b) na íntegra; (c) no idioma português ou inglês; (d) que relacionam alimentação e agricultura; (e) que discorrem sobre projetos que apoiam a alimentação escolar com alimentos oriundos da agricultura familiar.

4.2.2 Critérios de exclusão

Foram excluídos do trabalho os artigos: (a) que tratam somente sobre o desenvolvimento rural; (b) sobre agricultura familiar e manejo da lavoura.

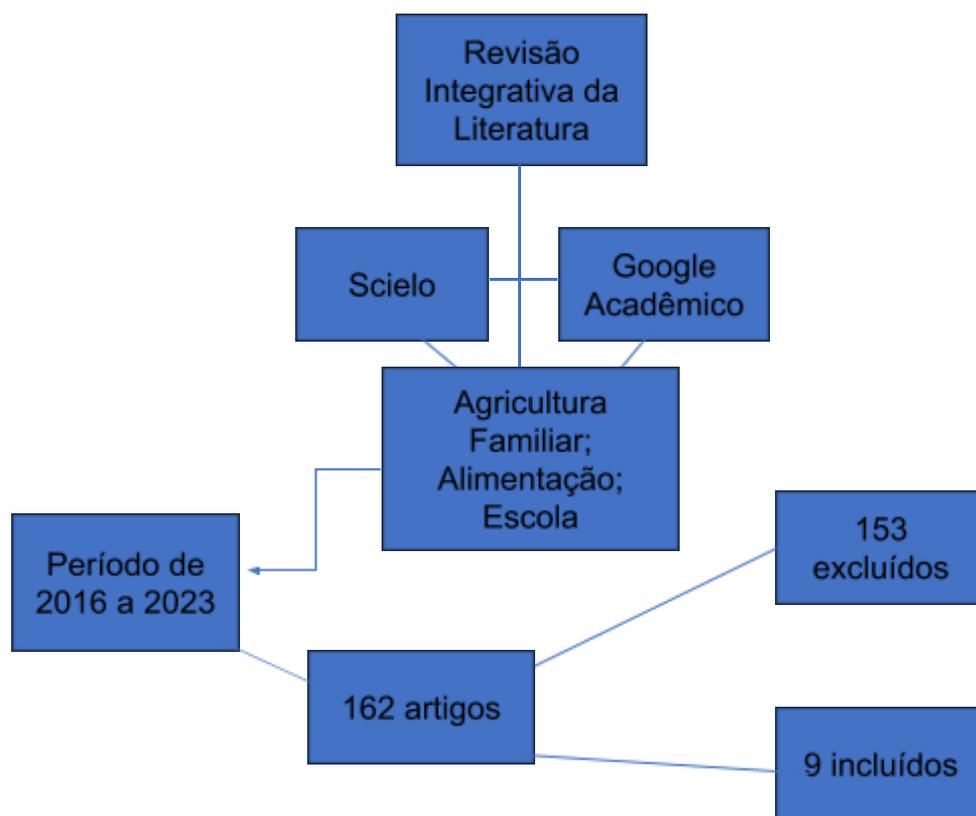
4.3 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu por meio dos seguintes descritores: “agricultura familiar”, “alimentação escolar”, “alimentação infantil” e “políticas públicas”, entre os meses de março e setembro de 2024.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O organograma a seguir busca apresentar como foi feita a seleção dos artigos para compor esta discussão e a apresentação dos resultados, a escolha dos estudos foi orientada por critérios de relevância para o tema, abrangendo publicações que tratam da relação entre agricultura familiar e alimentação escolar, com foco na diversificação alimentar, desafios e práticas educacionais. Foram considerados artigos que apresentassem análises sobre políticas públicas, impactos nutricionais e estratégias sustentáveis, garantindo uma visão abrangente e crítica das diversas dimensões envolvidas nesse contexto.

Organograma 1: Delineamento dos Artigos



Fonte: Fernandes; Maretti, (2024).

O critério de seleção e inclusão dos artigos para esta discussão foi realizado a partir de uma leitura inicial dos títulos, identificando aqueles que estavam diretamente relacionados ao tema proposto, posteriormente, procedeu-se com a leitura dos resumos dos artigos selecionados, para refinar ainda mais o foco

naqueles que apresentavam uma abordagem relevante e pertinente. Por fim, foi realizada a leitura integral dos textos que restaram, selecionando-se, assim, os artigos que mais contribuíram para o aprofundamento do tema e que trouxessem dados e análises significativos para a construção desta discussão.

Trata-se de nove artigos, publicados entre 2016 e 2023, que buscam compreender o papel da agricultura familiar na alimentação escolar, abordando diferentes aspectos como o impacto da educação alimentar e nutricional, a percepção de educadores sobre práticas alimentares saudáveis, e os desafios enfrentados por pequenos produtores. Os estudos também exploram o associativismo na agricultura familiar e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além de analisarem a presença de conteúdos de alimentação e nutrição nos materiais didáticos das escolas públicas e as políticas públicas que garantem a segurança alimentar no Brasil.

Quadro 1: Análise dos estudos discutidos

Autor e ano	Objetivo	Resultados	Conclusão
SILVA, 2019	Analisar o impacto da educação alimentar e nutricional e valorização da agricultura familiar nas escolas.	Aumento na aceitação de alimentos saudáveis e diversificação do cardápio escolar.	A educação alimentar fortalece o PNAE e promove hábitos alimentares saudáveis nas crianças.
LOPES <i>et al</i> , 2022	Explorar os desafios enfrentados pela agricultura familiar.	Identificação de barreiras como falta de apoio logístico e econômico para pequenos produtores.	A superação desses desafios é fundamental para fortalecer a agricultura familiar no Brasil.

SIPIONI <i>et al</i> , 2021	Investigar a percepção dos professores sobre alimentação saudável nas escolas.	Professores veem a necessidade de maior integração entre práticas educativas e alimentação saudável.	Integração eficaz pode melhorar a conscientização nutricional nas escolas.
MOTA, 2023	Discutir o associativismo na agricultura familiar em relação aos ODS.	Associativismo contribui para a sustentabilidade e segurança alimentar.	Importância do associativismo para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável.
LIMA; TORAL, 2020	Avaliar conteúdos de alimentação e nutrição nos livros didáticos.	Identificação de lacunas no material didático em relação à educação nutricional.	Melhorar o conteúdo didático pode promover melhores hábitos alimentares.
BRASIL, 2020	Perspectiva da produção acadêmica brasileira expondo a relação entre alimentação escolar e a agricultura familiar.	Informações abrangentes sobre políticas públicas para garantir a segurança alimentar.	Políticas adequadas são essenciais para garantir segurança alimentar sustentável.

SILVA, 2021	Analisar a produção acadêmica sobre alimentação escolar e agricultura familiar.	A revisão de literatura mostra crescente interesse pela integração da agricultura familiar na alimentação escolar.	A integração pode trazer benefícios significativos para a alimentação escolar e a sustentabilidade.
MOSSMANN; TEO, 2017	Compreender as percepções dos atores sociais envolvidos na implementação da compra de alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar.	Apesar dos avanços com a Lei nº 11.947/2009, os municípios ainda enfrentam desafios logísticos, de planejamento e gestão para comprar os alimentos da agricultura familiar.	O envolvimento dos agricultores familiares no PNAE facilita a comercialização e promove o desenvolvimento regional, porém, é necessário aprimorar as políticas públicas e o suporte técnico.
BATISTA, 2016	Analisar a percepção dos agricultores familiares sobre o PAA e seu impacto social e econômico.	Os agricultores identificaram melhorias na segurança financeira e maior conscientização sobre a relação à alimentação, nutrição e saúde, valorizando a qualidade da produção.	O PAA promove não só o desenvolvimento rural, mas também uma educação alimentar sustentável, conectando os pequenos produtores a um sistema alimentar mais nutritivo e acessível.

Fonte: Fernandes; Maretti, (2024).

Os estudos analisados mostraram que a agricultura familiar tem um papel fundamental na diversificação alimentar escolar, oferecendo uma variedade de produtos frescos e saudáveis que enriquecem o cardápio oferecido aos alunos. Silva (2019), afirma que a inclusão de alimentos oriundos da agricultura familiar no PNAE

promove uma alimentação mais diversificada, ao inserir alimentos locais e sazonais nas refeições, contribuindo para uma nutrição mais equilibrada.

Lopes *et al* (2022) destacam que a utilização de produtos da agricultura familiar, como frutas, verduras, legumes, cereais, e tubérculos, não só valoriza a produção local, mas também amplia as opções alimentares disponíveis, tornando as refeições escolares mais nutritivas e variadas.

De acordo com Mota (2023), a escolha de alimentos sazonais, como abóbora, batata-doce, mandioca, laranja, e banana, proporciona uma renovação constante do cardápio, respeitando a sazonalidade e incentivando o consumo de alimentos mais frescos e menos processados.

Já Silva (2021) enfatiza que, além de melhorar a qualidade das refeições, a integração de produtos da agricultura familiar contribui para o desenvolvimento local e para a sustentabilidade do sistema alimentar, ao apoiar pequenos produtores e fortalecer a economia regional.

De acordo com Sipioni *et al.* (2021), a presença de alimentos frescos, como frutas, legumes e verduras, nos cardápios escolares aumenta a oferta de nutrientes essenciais, como vitaminas, minerais e fibras, que são fundamentais para o crescimento e desenvolvimento saudável das crianças. Essa estratégia também ajuda a reduzir o consumo de alimentos ultraprocessados, frequentemente ricos em açúcares, gorduras saturadas e sódio.

Lima e Toral (2020) ressaltam que a inclusão de produtos da agricultura familiar nas refeições escolares está associada a um aumento significativo no consumo de alimentos saudáveis entre as crianças. Dados coletados em escolas públicas mostram que, após a implementação da política de compra de produtos locais, houve um incremento no consumo de frutas, legumes e verduras, promovendo hábitos alimentares mais saudáveis desde cedo.

Silva (2021) ainda reforça que, em comparação com alimentos processados, os produtos naturais da agricultura familiar apresentam maior aceitação pelas crianças quando introduzidos de maneira contínua e associada a ações de educação alimentar. Ao incentivar o consumo de alimentos frescos, as escolas desempenham um papel crucial na formação de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para a prevenção de doenças relacionadas à má alimentação e promovendo um estilo de vida mais equilibrado.

Políticas públicas que incentivam a compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar são fundamentais para garantir a segurança alimentar e nutricional de crianças em idade escolar. Ao priorizar a aquisição de alimentos frescos e locais, essas políticas contribuem para uma dieta mais diversificada e equilibrada, assegurando que os estudantes recebam refeições de alta qualidade nutricional (Brasil, 2020).

A educação nutricional e a sensibilização para hábitos alimentares saudáveis são fortalecidas por atividades educativas, como oficinas de culinária e visitas a produtores familiares. De acordo com Sipioni *et al.* (2021), essas iniciativas contribuem significativamente para a conscientização das crianças sobre a importância de uma alimentação saudável.

A implementação da agricultura familiar nas escolas enfrenta diversos desafios que dificultam a integração desses produtos no ambiente escolar. Segundo Lopes *et al.* (2022), um dos principais obstáculos é a questão logística, que inclui a distribuição dos alimentos produzidos localmente até as escolas, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso, pois a falta de infraestrutura adequada para transporte e armazenamento compromete a qualidade dos alimentos frescos, tornando o processo mais complexo e custoso.

Silva (2019) destaca ainda que o custo de aquisição de produtos da agricultura familiar pode representar um desafio significativo para muitos municípios, sobretudo aqueles com menores orçamentos, a aquisição de alimentos frescos e de alta qualidade requer investimentos que nem todas as administrações escolares estão preparadas para fazer, o que pode limitar a frequência e a variedade desses produtos no cardápio escolar.

De acordo com Lima e Toral (2020), a aceitação dos alimentos também é um desafio a ser superado, muitos estudantes e até mesmo membros das equipes escolares têm preferências alimentares formadas por produtos ultraprocessados e industrializados, tornando a adaptação a um cardápio baseado em alimentos frescos e naturais mais difícil.

A compra de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar traz benefícios econômicos e sociais significativos para a comunidade local. Mota (2023) enfatiza que essa prática apoia diretamente a economia local ao gerar renda para pequenos produtores, incentivando o desenvolvimento rural e fortalecendo os laços comunitários. Quando as escolas compram alimentos diretamente de agricultores

familiares, o dinheiro permanece na região, estimulando outros setores econômicos e promovendo o crescimento sustentável.

O fortalecimento da agricultura familiar também contribui para a inclusão social de pequenos produtores, que passam a ter um papel mais ativo e valorizado na cadeia produtiva. A integração desses agricultores no fornecimento de alimentos para escolas melhora sua estabilidade econômica e social (Brasil, 2020).

Mossmann e Teo (2017) exploram as percepções dos envolvidos na compra de alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar, focando nos desafios e na aplicação da legislação. Apesar dos avanços trazidos pela Lei nº 11.947/2009, muitos municípios ainda enfrentam obstáculos, especialmente na logística e no planejamento para efetivar essas aquisições. Os autores também ressaltam que a participação dos agricultores familiares na alimentação escolar vai além da venda de produtos, promovendo a integração social e fortalecendo a economia local, além de diversificar os alimentos nas escolas. Esse estudo reforça a importância de políticas públicas eficientes e suporte técnico para o sucesso do PNAE.

No estudo de Batista *et al.* (2016), os pesquisadores analisam como os agricultores familiares percebem o PAA e o impacto que ele trouxe para suas vidas, tanto social quanto economicamente. Os agricultores notaram que participar do programa melhorou sua estabilidade financeira e também ampliou sua visão sobre a ligação entre alimentação, nutrição e saúde. Isso fez com que valorizassem mais a qualidade dos alimentos que produzem, entendendo a importância de uma alimentação saudável para a comunidade. O estudo ressalta que o PAA não apenas apoia o desenvolvimento rural, mas também desempenha um papel educacional, conectando os pequenos agricultores a um sistema alimentar mais saudável e sustentável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da revisão de literatura realizada, pode-se afirmar que a agricultura familiar desempenha um papel essencial na diversificação alimentar e nutricional no ambiente escolar. O acesso a alimentos frescos e saudáveis, diretamente provenientes dessa prática, possibilita uma maior diversidade de produtos naturais, o que é crucial para a promoção de uma alimentação balanceada. Essa diversificação contribui significativamente para a saúde infantil, atendendo às necessidades físicas, intelectuais e fisiológicas das crianças, de acordo com as diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira.

Além disso, observou-se que com a agricultura familiar, o agricultor tem a garantia de mercado para sua produção, facilitando o acesso dos alimentos às escolas. O PNAE, PAA e SAN, foram identificados como iniciativas de grande relevância para promover essa ligação entre o agricultor familiar e a alimentação escolar. Tais programas não apenas fortalecem a diversificação alimentar, como também incentivam a economia local e a inclusão socioeconômica dos pequenos produtores.

Os impactos observados em relação à saúde das crianças são igualmente notáveis. A oferta de alimentos *in natura* ou minimamente processados, predominante na agricultura familiar, está em consonância com as recomendações do Guia Alimentar, que preconiza o consumo de produtos com baixo grau de processamento. Essa prática, além de fornecer nutrientes essenciais para o crescimento e desenvolvimento infantil, pode atuar como um fator preventivo contra problemas de saúde, como a obesidade, ao evitar o consumo excessivo de ultraprocessados.

Outro aspecto relevante é a atuação do nutricionista nesse contexto. Como profissional qualificado e habilitado para promover a educação alimentar e nutricional no ambiente escolar, o nutricionista desempenha um papel fundamental na elaboração de cardápios que priorizem alimentos frescos e minimamente processados, especialmente os oriundos da agricultura familiar.

Por fim, destaca-se a importância de pesquisas futuras que aprofundem a análise da efetividade desses programas na rotina alimentar das escolas, avaliando o consumo real dos produtos oriundos da agricultura familiar pelas crianças e os desafios enfrentados pelos agricultores e gestores. Esse aprofundamento poderá

contribuir ainda mais para a consolidação de políticas que garantam uma alimentação de qualidade e o fortalecimento da agricultura familiar como pilar da segurança alimentar no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Naira Christianne Dantas; PACHECO, Clecia Simone Gonçalves Rosa. Agricultura familiar e alimentação escolar: uma revisão da literatura. **Diversitas Journal**, Alagoas, v. 7, n. 4, 2022.

BATISTA, Lucimar Moreira Guimarães *et al.* Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, p. 494-504, 2016.

BORGES, Camila Aparecida *et al.* Caracterização das barreiras e facilitadores para alimentação adequada e saudável no ambiente alimentar do consumidor. **Cadernos de Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, p. e00157020, 2022.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE: Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Ministério da Educação**, Brasília, 2024.

Disponível em:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Acompanhados pelo SUS, mais de 340 mil crianças brasileiras entre 5 e 10 anos possuem obesidade. **Ministério da Saúde**, Brasília, 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/acompanhadas-pelo-sus-mais-de-340-mil-criancas-brasileiras-entre-5-e-10-anos-possuem-obesidade>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Ministério da Cidadania**, Brasília, 2020. Disponível em:

<https://www.gov.br/cidadania/ptbr/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 04 set. 2024.

BRASIL. Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2020.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 12796 de 4 de Abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Lei nº 11947, de 16 de Junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da

educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Lei nº 11326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Lei nº 11346, de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006.

BULGACOV, Carolina Dratch. Dia Nacional da Alimentação nas Escolas: os bons hábitos aprendidos na infância refletem na vida adulta. **Conselho Regional De Nutrição Da 8ª Região**, Curitiba, 2023. Disponível em: <https://crn8.org.br/tag/alimentacao-escolar/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

CLARIS, Julia Ferrari; ABREU, Edeli Simioni. Análise comparativa da composição de cardápios escolares em São Paulo: a importância do equilíbrio de nutrientes. **Atas de Ciências da Saúde**, São Paulo, (ISSN 2448-3753), v. 12, n. 3, 2024.

CLARO, Maísa de Lima *et al.* Desenvolvimento infantil como elemento intermediário nas políticas públicas de alimentação e nutrição. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Pernambuco, v. 22, p. 715-720, 2022.

DANTAS, Beatriz de Souza; OLIVEIRA, Waleska Lucena; BEZERRA, Maria Luiza Rêgo. Desnutrição infantil e a relação com o aleitamento materno: contribuições da Enfermagem. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 8, p. 1-8, 2022.

DIAS, Patrícia Camacho *et al.* Compra da agricultura familiar para alimentação escolar nas capitais brasileiras. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, p. 73, 2020.

FONSECA, Auremary Nazareth Gomes; CARLOS, José. Merenda Escolar: um Estudo Exploratório sobre a Implementação do Programa Nacional Alimentação na Escola - PNAE, na Unidade Integrada Padre Newton Pereira em São Luís. **EDUCARE PUC**, São Luís, p. 16, 2015.

GONÇALVES, Héliida Ventura Barbosa *et al.* *Family farming products on menus in school feeding: a partnership for promoting healthy eating*. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 45, p. 2267-2273, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário de 2017**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 31 maio 2024.

KATZ M.H. **Study Design and Statistical Analysis**. New York: Cambridge University Press, 2006.

KRAMER M.S. **Clinical Epidemiology and Biostatistics**. Berlin: Springer-Verlag, 1988.

KROTH, Darlan Christiano; GEREMIA, Daniela Savi; MUSSIO, Bruna Roniza. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 25, p. 4065-4076, 2020.

LIMA, Antônia Francisca; ASSIS, Edvânia Gomes; FREITAS, Bruna. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 57, 2019.

LIMA, Milena Magalhães; TORAL, Natacha. Análise dos conteúdos de alimentação e nutrição nos livros didáticos de Ciências do ensino fundamental da rede pública de ensino. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 15, p.13 e42744, 2020.

LOPES, Iris Maria de Araújo *et al.* Agricultura familiar e seus desafios: uma revisão da literatura. **Conjecturas**, v. 22, n. 11, p. 906-924, 2022.

MALDONADO, Luciana *et al.* Proposta de educação alimentar e nutricional integrada ao currículo de Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. e00152320, 2022.

MALTA, Deborah Carvalho; *et al.* Fatores de risco relacionados à carga global de doenças do Brasil e Unidades Federadas, 2015. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, p. 217-232, 2017.

MALUF, Renato Sérgio *et al.* Agricultura sensível à nutrição e a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 2303-2312, 2015.

MONTEIRO, Carlos Antonio *et al.* O Sistema Alimentar: Classificação de alimentos. **World Nutrition**, v. 7, n. 1-3, 2016.

MOSSMANN, Márcia Pozzagnol; TEO, Carla Rosane Paz Arruda. Alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar: percepções dos atores sociais sobre a legislação e sua implementação. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, p. 31-44, 2017.

MOTA, Jéssica de Jesus Santos. Associativismo na agricultura familiar e meios de implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 2. **Scientific Journal ANAP**, v. 1, n. 4, 2023.

NASCIMENTO, Etho Roberio Medeiros; NASCIMENTO, Amália Leonel; OLIVEIRA, Luciana Dias. O PNAE como estratégia para construção de novas lógicas de produção e consumo de alimentos no Rio Grande do Sul. **Revista Ingesta**, v. 1, n. 2, p. 101-102, 2019.

OLIVEIRA, Tatiana Resende Prado Rangel de; SOUSA, Hellen Cristina; SILVA, Alini de Paula da. Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de caso em dois municípios de Minas Gerais. **Nutrire Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, p. 256-268, 2014.

PEDRAZA, Dixis Figueroa *et al.* Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 5, p. 1551-1560, 2018.

RAFACHO, Izabelly Bento Gonçalves; PEREIRA, Eliriane Jamas. Alimentação escolar: benefícios e carências nutricionais relacionados com o aprendizado de crianças em fase pré-escolar. **Revista Conexão Saúde FIB**, v. 6, p. 15, 2023.

RAMOS, Lázaro Saluci *et al.* A humanização da merenda escolar na promoção da saúde e da educação pública: uma breve revisão. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 44, p. e3137-e3137, 2020.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**, v. 1, p. 75-104, 2014.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* Diversidade de produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos-PAA no Brasil e regiões. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

SANTOS, Gabrieli *et al.* Contribuições da Primeira Infância Melhor para o crescimento e desenvolvimento infantil na percepção das famílias. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, Rio Grande do Sul, p. 67-73, 2019.

SCHABARUM, Joseane Carla; TRICHES, Rozane Márcia. Aquisição de produtos da agricultura familiar em municípios paranaenses: Análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 49-62, 2019.

SCHNEIDER, Sérgio. Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural. **Editora da UFRGS**, v. 1, n. 49, p. 93-142, 2016.

SEABRA, Roselane Ferreira *et al.* Alimentação saudável na infância: um relato de experiência. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 3, p. e9306, 2022.

SILVA, Cynthia Myllena Martins. **Educação alimentar e nutricional: fortalecimento do programa nacional de alimentação escolar e valorização da agricultura familiar entre escolares no agreste pernambucano**. 2019. 71 f. TCC (Graduação) - Curso de Nutrição, Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2019.

SILVA, Sandro Pereira. TD 2656 - Panorama da Produção Acadêmica Sobre Alimentação Escolar e Agricultura Familiar no Brasil. **Texto Para Discussão**, [S.L.], p. 1-49, 8 jun. 2021.

SIPIONI, Marcelo Eliseu *et al.* Percepções de professores da educação básica sobre alimentação saudável e educação alimentar e nutricional na escola. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição-RASBRAN**, v. 12, n. 2, p. 21-41, 2021.

SIQUEIRA, Renata Lopes *et al.* Análise da incorporação da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada no desenho institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 301-310, 2014.

SOUZA, Livia Barbosa Pacheco; DE SOUSA, Nathalia Herculano. Nutrição Escolar: Promovendo a Igualdade e o Desenvolvimento Infantil Por Meio da Alimentação Saudável. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 9, p. 1090-1100, 2023.

TAGLIETTI, Roberta Lamonatto; TEO, Carla Rosane Paz Arruda. Recomendações alimentares e nutricionais para o Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise da história recente. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 16, p. e52101-e52101, 2021.

United Nations System Standing Committee On Nutrition. Country study for the second International Conference on Nutrition. Nutrition impact of agriculture and food systems: Brazil. Disponível em:
<https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/aef90dcf-3aaf-4e5c-b246-2dd1c2345371/content>. Acesso em: 31 jul. 2024.

VIEIRA, Eilamaria Libardoni; BASSO, David; KRÜGER, Nathalia Rosa. Aquisições da agricultura familiar e qualidade dos alimentos fornecidos na rede escolar municipal de Catuípe/RS. **DRd-Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 10, p. 461-489, 2020.